



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 16/XIV/1.ª SL

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020, reuniu, pelas 12 horas, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala nove do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação de Parecer sobre levantamento de imunidade – Deputada Relatora – Márcia Passos (PSD);**
- 2 - Apreciação e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 169/XIV/1ª (PAN) - "Determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações "discretas" em sede de obrigações declarativas (Primeira alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho) " – Deputada Relatora _Isabel Alves Moreira (PS);**
- 3 - Apreciação e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 186/XIV/1ª (PSD) - "2.ª Alteração ao regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, aprovado pela Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, adequando a composição da Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos ao novo regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados" – Deputada Relatora – Isabel Oneto (PS);**
- 4 - Apreciação e votação do Parecer relativo aos Projetos de Lei n.ºs 30/XIV/1ª (CDSPP) - "Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING")", 73/XIV/1ª (PSD) - "Regulamentação do lobbying" e 181/XIV/1ª (PAN) - "Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março)" – Deputado Relator – José Magalhães (PS);**
- 5 – Aprovação de atas;**
- 6 - Diversos.**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS) começou por iniciar a reunião pelo ponto de “diversos”. dando conta do facto que perante as notícias veiculadas pelo jornal ‘Público’ considerava comprometido o segredo de justiça do processo de levantamento de imunidade do Deputado Pedro Coimbra. Considera que está em causa o dever de proteção das informações veiculadas no interior da Comissão, não está em causa a liberdade de expressão da imprensa escrita, pois o trabalho do jornalista é esse mesmo. Devem sim os Deputados da CTED observar o dever de reserva.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 16/XIV/1.ª SL

De seguida colocou à votação o parecer de substituição do Deputado João Ataíde do GP PS falecido na semana anterior. Os serviços verificaram a informação fornecida pelo GP PS e o parecer encontra-se em condições de ser votado e levado a Plenário.

O mesmo é do seguinte teor: *A substituição de mandato do Deputado João Albino Rainho Ataíde das Neves por Raquel de Fátima Cardoso Ferreira cumpre os requisitos legais, com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2020, inclusive.*

Colocado à votação foi **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se o ponto 1 da OD que visava a aprovação, ou não, do parecer sobre levantamento de imunidade do Deputado Pedro Coimbra. Tendo o referido parecer já sido objeto de discussão em reunião anterior, foi o mesmo submetido a votação sem discussão.

O mesmo **foi aprovado** com votos a favor do PSD, BE, PCP, CDS e PAN, votos contra do PS e a abstenção do Deputado Filipe Neto Brandão (PS).

A propósito desta votação, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) deu a indicação de que iria distribuir uma declaração de voto escrita para ser anexa à ata.

No ponto 2 da OD o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora **Deputada Isabel Alves Moreira (PS)** que apresentou sumariamente o Parecer e expressou a sua opinião pessoal além da análise factual da iniciativa.

Seguiram-se as intervenções do Senhor **Deputado André Silva (PAN)** que agradeceu o parecer e teceu quatro comentários: o primeiro de natureza formal, por considerar que o artigo 137.º, n.º 1 do RAR não foi observado, o segundo quanto à parte I onde falta a referência às consultas propostas pelo PAN e aprovadas pela Comissão e a indicação dos pareceres entretanto recebidos, o terceiro quanto à referência às lojas maçónicas e os seus sítios internet, ou os mesmos são referidos ou então não se mencionam, uma quarta relativa à participação do PAN, à altura DURP, nos trabalhos da CERTEFP, na qual só participou votando, mas não intervindo nas discussões; da Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)** que sublinhou que não obstante a qualidade do parecer, o GP PSD concorda com as observações do Deputado André Silva. Ressalvou o parecer do Professor Jorge Miranda, entretanto recebido; e do Senhor **Deputado Filipe Neto Brandão (PS)** que se referiu à necessidade de padronização dos pareceres.

O Senhor Presidente durante a discussão alertou para o facto de que a opinião pessoal da relatora não era objeto de votação. Por fim a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira disse ter tomado conta das observações e que as iria incluir no parecer.

No ponto 3 da OD o Senhor Presidente começou por dar a palavra à Deputada Relatora, ressaltando que o parecer tinha sido distribuído apenas esta manhã. Mas que mesmo



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 16/XIV/1.ª SL

assim poderia ser apresentado, sob pena de a votação vir a ser adiada. Efetivamente, o Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD) pediu o adiamento da votação para a próxima reunião.

A Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** apresentou sumariamente o parecer, salientando a evolução do processo, desde o ofício do Secretário-Geral da AR, ao ofício da própria CADA e a resposta/exposição do Deputado Pedro Delgado Alves que não foi ouvido em audição prévia ao parecer da CTED.

O Senhor Presidente, dando acolhimento ao pedido do Senhor Deputado André Coelho Lima disse que a votação deste parecer ficava adiada, bem como a apreciação e votação do parecer cujo relator é o Deputado José Magalhães (PS) (ponto 4 da OD) por ausência do mesmo à reunião.

No ponto 5 foram submetidas a votação as atas n. ^{os} 13 e 14 que foram **aprovadas por unanimidade**.

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião, que ficou registada em áudio. Indicou que na próxima reunião (quinta-feira, 05 de março, às 14H00) seriam retomados os pareceres que hoje ficaram por apreciar e votar. A reunião foi encerrada pelas 12 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 16/XIV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Isabel Oneto (PS)

João Paulo Correia (PS)

Jorge Lação (PS)

André Coelho Lima (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)

João Oliveira (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

André Silva (PAN)

Eduardo Teixeira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Magalhães (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Anastácio (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 16/XIV/1.ª SL

Adão Silva (PSD)

Artur Soveral Andrade (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

José Manuel Pureza (BE)